



**Banco RURAL**

EUROPA

# Relatório de Gestão e Contas 2010

## Órgãos Sociais do BRE em 2008/2010

### *Mesa da Assembleia Geral*

**Presidente:** Dr. José Roberto Salgado

**Secretário:** Dra. Ângela Paula Gomes de Andrade

### *Conselho de Administração*

**Presidente:** Dr. José Roberto Salgado

**Vice-Presidente:** Dr. Pauto Gouvêa

**Vogal:** Dr. Cláudio Eustáquio da Silva

**Vogal:** Dr. Francisco de Assis Morais Pinto Coelho

**Vogal:** Dra. Ângela Paula Gomes de Andrade

### *Conselho Fiscal*

**Presidente:** Dr. Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira

**Vogal:** Dra. Aurora Fernanda Vicente da Silva Baptista

**Vogal:** Dr. Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro

**Suplente:** Dr. Jorge Manuel dos Santos Pereira Pichel

### *ROC*

Deloitte & Associados SROC SA, representada por Dr. José Antonio Mendes Garcia Barata

Funchal, 31 de Março de 2011.

# Índice

**1- Relatório de Gestão**

**2- Demonstrações Financeiras**

- *Balanço*
- *Demonstrações de Resultados*
- *Demonstrações das Alterações no Capital Próprio*
- *Demonstrações no Fluxo de Caixa*
- *Anexo às Demonstrações Financeiras*

**3- Certificação Legal das Contas**

**4- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

**5- Extracto da Acta n.º 35 da reunião da Assembleia-geral**

## Relatório de Gestão do Conselho de Administração Exercício de 2010

Senhores Accionistas,

A Administração do Banco Rural Europa S.A., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submete a apreciação de V. Excias. as demonstrações financeiras referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2010, juntamente com os pareceres do Conselho Fiscal e do ROC.

Mantendo sua actuação na área de negócios, cujo *core business* permanece o mesmo desde o início da sua actividade, o Banco Rural Europa, S.A., conseguiu alcançar no ano de 2010 resultados satisfatórios com bons índices de solvabilidade e liquidez, factores que confirmam mais uma vez o seu crescimento e sua estabilidade financeira.

O Banco Rural Europa, S.A. é uma instituição bancária de direito português juridicamente enquadrada no âmbito institucional da Zona Franca da Madeira, que por esta especificidade não opera com entidades residentes em território português, tendo por isso um número considerável de clientes referenciados pelo Banco Rural, S.A., instituição bancária de direito brasileiro, propiciando, assim, uma relação de negócios referenciada e credível.

No decorrer do exercício 2010, não foram autorizados ou concedidos operações de crédito ou equiparadas entre a sociedade e os membros dos órgãos sociais.

### ACTIVIDADE DA SOCIEDADE

A actividade do Banco Rural Europa, S.A., tem se centrado nos seguintes segmentos de negócios:

- Financiamento de Comércio Exterior (*Trade Finance*), em especial, para empresas brasileiras e associadas no exterior, em operações direccionadas para a Europa e África;
- Operações de captação de recurso junto a clientes e instituições financeiras;



**Banco RURAL**  
EUROPA

- Disponibilização de linhas de crédito/fundo de maneo para clientes do *Sistema Financeiro Rural* ou com ligações comerciais e empresariais com o grupo;
- Abertura de contas para empresas e pessoas singulares com o intuito de captar recursos para serem utilizados no seu negócio;
- Câmbio de moedas estrangeiras, compra/venda de activos;
- Aplicações em Títulos e custódia de papéis (Títulos/Acções);
- *Clearing* para bancos no estrangeiro e para empresas do Grupo (Linhas e Aplicações);
- Prestação de serviços no âmbito de Cobranças bancárias - conforme estipulado na "ICC Publication n.º 522";
- Emissão de cartas de crédito e garantias bancárias de acordo com a "UCP - 600".

## DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

No ano de 2010, o BRE viu o seu património aumentar de forma significativa, observando-se um crescimento de cerca de 11%, evidenciado sobretudo na carteira de crédito. O aumento de 31% na captação de fundos está na base do acréscimo de 46% verificado na carteira de crédito, face ao período anterior.

Ao contrário dos resultados de 2009, que sofreram uma redução de cerca de 35%, em 2010 o BRE registou um aumento de 52%, voltando aos níveis de 2008, de cerca de 2,1 M Euros. Este aumento foi fortemente influenciado pelo aumento do produto bancário em cerca de 17%, sendo a principal componente do produto bancário a margem bancária, que registou um crescimento de cerca de 6 %.

O peso significativo do produto bancário na geração do resultado líquido do BRE, confirma que o banco trabalha com margens bancárias confortáveis. Esta situação deriva das taxas de juros activas (os créditos são remunerados entre os 7% e os 12% ao ano) serem substancialmente superiores às taxas de remuneração dos recursos obtidos pelo BRE, nomeadamente, os depósitos à ordem que representam cerca de 51% dos recursos captados podem ser remunerados a taxas que variam entre 0,1% e 0,5% ao ano, enquanto os 49% remanescentes são constituídos por depósitos a prazo, cujas taxas variam entre 2% e os 9%.

Outro aspecto que contribuiu para o aumento do resultado deste exercício foi a reversão da imparidade sobre a carteira de crédito, de cerca de 300.000 Euros. A

2/7



**Banco RURAL**  
EUROPA

reversão de imparidade está relacionada com a recuperação total do financiamento da Berkeley. No ano anterior, o resultado foi prejudicado pelo reconhecimento de uma imparidade de cerca de 280.000 Euros, relacionada com este mesmo cliente.

A reversão da imparidade reconhecida em 2009, bem como a boa performance em 2010, demonstra que o banco tem mantido uma política conservadora de gestão de risco, que se consubstancia nos seguintes factos:

- Bom nível de qualidade dos activos de crédito, que implica a quase inexistência de risco de crédito, como ficou demonstrado em 2010, com a reversão da imparidade reconhecida em 2009, e ainda a qualidade pelas garantias prestadas para tais operações;
- Equilíbrio entre prazos de captação e de aplicação (com referência a 31 de Dezembro de 2010, o *mismatching* entre as operações activas e passivas do Banco não é significativo);
- A liquidez do Banco está relativamente assegurada. Embora os depósitos captados à vista tenham expressão, o Banco tem a sua carteira de investimento baseada em papéis de curto prazo e de fácil conversão. A política de liquidez seguida pelo Banco é considerada adequada para um cenário normal de operações. O Banco tenta sempre que possível, coincidir as maturidades dos activos e passivos. O Conselho de Administração não espera situações extremas no mercado Europeu e principalmente Brasileiro, que implique uma corrida aos depósitos;
- O risco de exposição cambial (sobretudo em relação ao USD) é reduzido, uma vez que o Banco tem cumprido os limites estabelecidos para a exposição cambial;
- O risco de taxa de juro é igualmente reduzido, uma vez que as taxas praticadas para as operações activas são superiores às taxas negociadas nas operações passivas;
- A mitigação de risco de mercado assenta no facto de a carteira de investimentos ser composta, sobretudo, por depósitos de curto prazo em instituições financeiras credíveis e estáveis; e
- A estabilidade dos investidores (o accionista maioritário continua a ser o Banco Rural, S.A.).

3/7



**Banco RURAL**  
EUROPA

## POLÍTICAS DE REMUNERAÇÕES

A política de remuneração do Banco tem sido dada ao cumprimento do previsto e determinado pelo acordo do ACTV para o sector bancário e conforme política interna de remuneração.

Após revisão, informamos que não houve nenhuma alteração nos critérios remuneratórios da instituição.

De acordo com o estipulado na Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, informamos as remunerações pagas no ano de 2010 aos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

### Conselho de Administração:

- Ângela Paula Gomes Andrade ..... Valor de Euros 66.523,83
- Cláudio Eustáquio da Silva..... Valor de Euros 79.585,88
- José Roberto Salgado..... Valor de Euros 41.958,18

Total ..... Valor de Euros 188.067,89

Nota: Os demais administradores, Dra. Kátia Rabello, Dr. Plauto Gouvêa e Dr. Francisco de Assis Coelho não foram remunerados.

### Conselho Fiscal:

- Aurora Fernanda Vicente da S. Baptista .....Valor de Euros 2.812,50
- Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real.....Valor de Euros 2.812,50
- Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro..... Valor de Euros 2.812,50

Total ..... Valor de Euros 8.437,50

## PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO PARA 2011

Com a aproximação do termo dos incentivos fiscais atribuídos às instituições financeiras registadas no Centro Internacional de Negócios da Madeira, em 2011, os accionistas manifestam o propósito de actuar no continente europeu passando a actuar no regime *onshore*, alargando, assim, seu relacionamento com clientes no mercados Português e Espanhol, mas mantendo, contudo, a oferta de produtos e a estrutura actuais – sem balcões, uma vez que terá como foco, nomeadamente, pequenos e médios investidores.

4/7



**Banco RURAL**  
EUROPA

Vale dizer que a internacionalização do Banco Rural Europa, S.A. compreende, para além de toda a Europa, o continente africano. O que se projecta, portanto, para tendências futuras na vertente mercantil é focar as possibilidades de negócios oferecidas pelo mercado financeiro internacional nomeadamente nesses dois continentes.

Embora a crise continue a gerar dificuldades no mercado financeiro mundial, nomeadamente na captação de linhas de crédito entre as várias instituições, bem como o agravamento das taxas de juro e a instabilidade das principais moedas, nomeadamente o EURO e o USD, o Banco Rural Europa, S.A. acredita que deve manter uma boa capacidade negocial, adequar a estrutura do Banco para suportar com eficiência e qualidade as exigências dos clientes, dos órgãos de fiscalização, bem como dos accionistas.

Prevê-se um crescimento, gradual do Banco, uma vez que os indicadores de *stress* do Banco de Portugal, claramente assentam na premissa de que a recessão continuará durante os próximos anos.

As consequências da crise ainda prevalecerão por mais algum tempo. A queda do crédito norte-americano, a crise financeira na Europa, a crise política nos países Árabes que reflecte directamente no preço do petróleo, o movimento especulativo da variação cambial, a dificuldade ao acesso ao crédito e a consequente incapacidade de liquidez dos clientes são ameaças que se mantêm e cabe ao banco tê-la sob controle.

A visão do Banco Rural Europa, S.A., porém, é de que o consumo continue em demanda positiva e será esse movimento que propiciará a continuidade do crescimento económico dos países emergentes e estabilização dos mercados actualmente em crise.

O Banco Rural Europa, S.A tem como desafio finalizar o processo de instalação e funcionamento, nomeadamente em Lisboa, dando continuidade do seu objecto social, atendendo assim aos negócios com clientes Portugueses e Espanhóis. Embora na Europa se espere a continuação da recessão, no Brasil, a expectativa é de que a economia cresça cerca de 4,5% em 2011, o que consubstanciará o ponto-chave para perspectivas positivas à concorrência. Uma vez que a nossa casa-mãe está nesse país sediada, esta instituição visa participar desse movimento procurando estar presente em situações operacionais que o possam, assim, o beneficiar.

O boletim FOCUS do Banco Central do Brasil projectou, em Fevereiro de 2010, que o investimento directo estrangeiro será de 40 mil milhões de dólares americanos para 2011, indicando uma clara aposta dos mercados internacionais na economia brasileira, fruto da estabilidade política do país.

Refira-se, ainda, que em 2010 decorreu as eleições presidenciais no Brasil de forma bastante tranquila. A independência na exploração do mercado do petróleo, capacidade

5/7



**Banco RURAL**  
EUROPA

de produção, poder de consumo, são factores que têm se mantido a bons níveis, o que projecta um mercado interessante para investir.

### **PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foi apurado um resultado líquido positivo no valor de 2.129.078,28 Euros, propondo-se que este seja distribuído da seguinte forma:

- Reservas Legais no montante de Euros 229.078,28;
- Lucros a distribuir aos accionistas no montante de Euros 1.900.000,00 na proporção das acções detidas.

### **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, os nossos agradecimentos aos Senhores Accionistas, por todo o apoio prestado ao Banco e pelo compromisso expresso de forma concreta e consistente a cada exercício.


Aos funcionários e colaboradores, os nossos agradecimentos pelo seu empenho e dedicação sempre renovados.

Aos nossos clientes, um especial agradecimento por nos honrar com a sua confiança e parceria.

Funchal, 24 de Fevereiro de 2011.



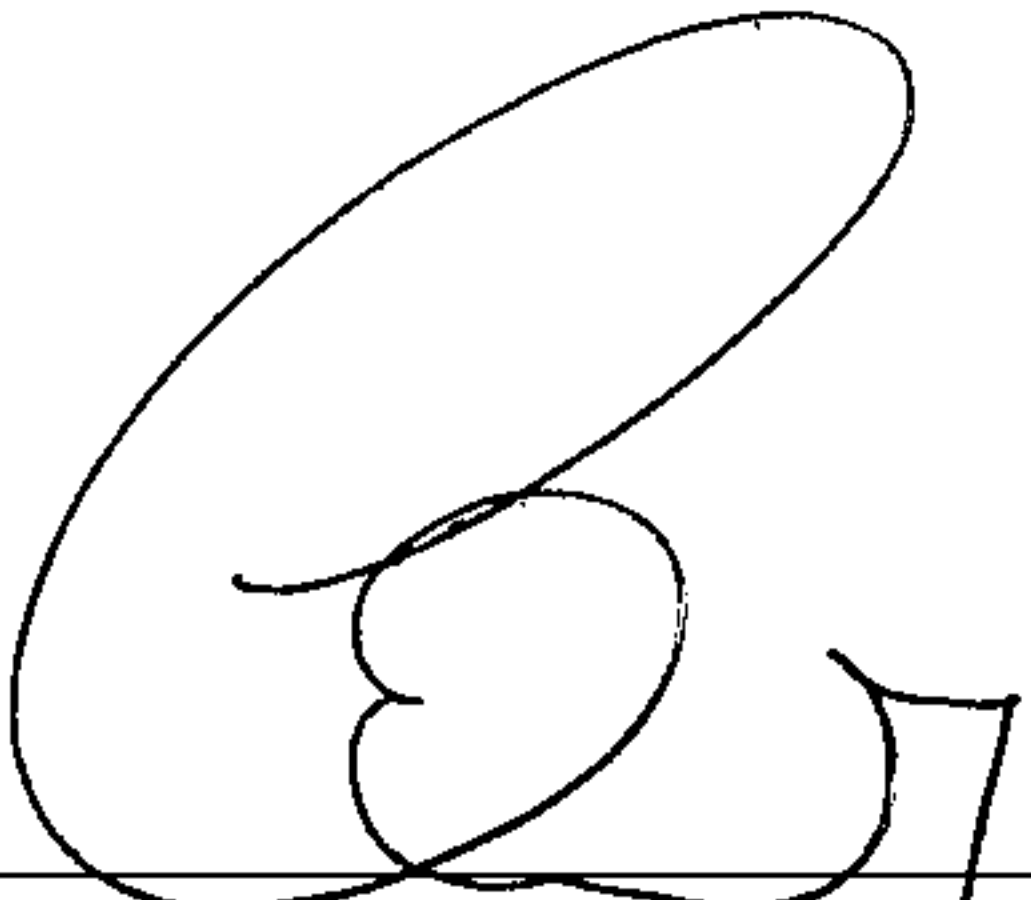
O Conselho de Administração



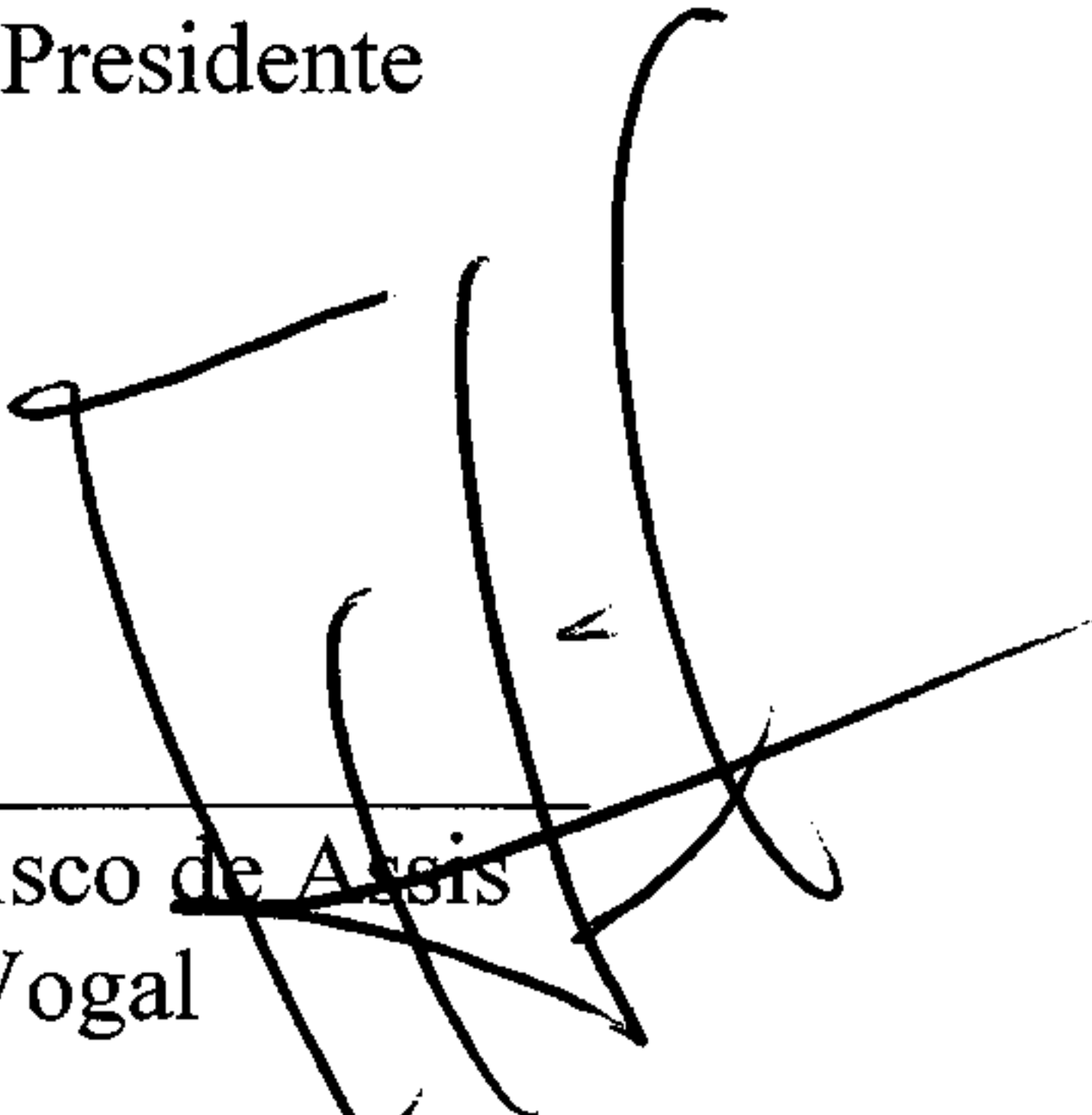
\_\_\_\_\_  
José Roberto Salgado  
Presidente



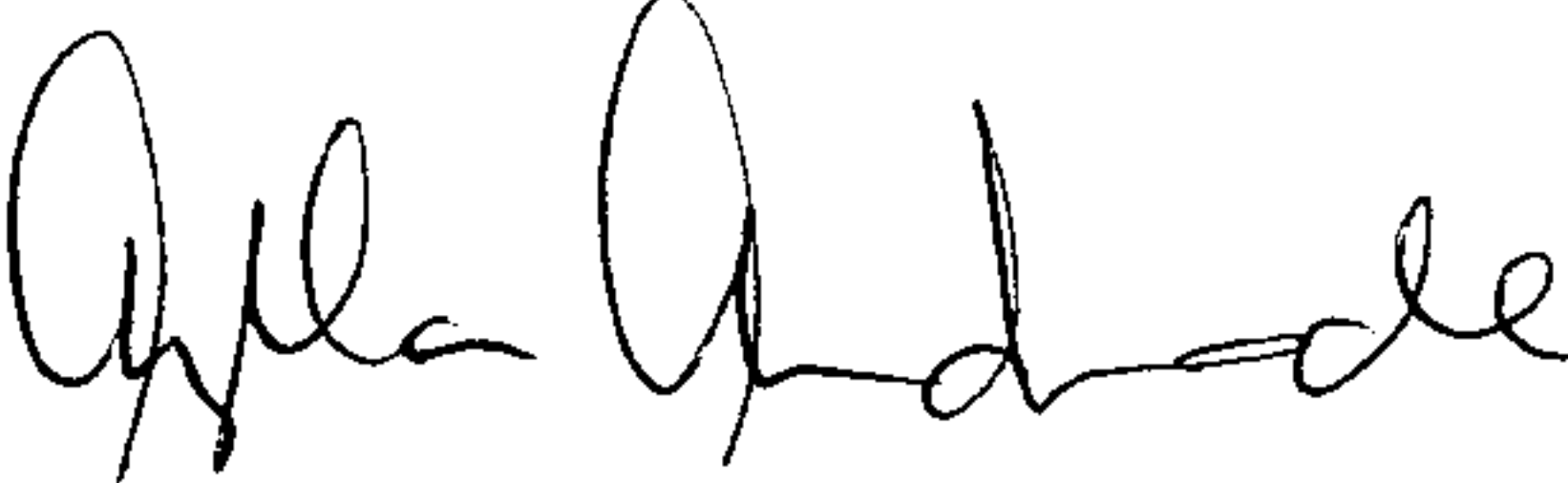
\_\_\_\_\_  
Plauto Gouvêa  
Vice-Presidente



\_\_\_\_\_  
Cláudio E. da Silva  
Vogal



\_\_\_\_\_  
Francisco de Assis  
Vogal



\_\_\_\_\_  
Angela Andrade  
Vogal

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2010		2009		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2010	2009
		Activo bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	121,609	-	121,609	91,954	Recursos de outras instituições de crédito	11	1,114,834	1,997,859
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	5,072,458	-	5,072,458	640,470	Recursos de clientes	12	11,575,569	7,681,673
Aplicações em instituições de crédito	6	30,970,703	-	30,970,703	25,338,895	Derivados de cobertura	13	96,180	113,417
Crédito a clientes	7	15,896,458	-	15,896,458	10,853,675	Provisões	14	39,701	75,065
Investimentos detidos até à maturidade	8	-	-	-	10,039,065	Outros passivos	15	131,810	99,529
Outros activos tangíveis	9	198,847	(109,787)	89,060	72,939	Total do passivo		<u>12,958,094</u>	<u>9,967,543</u>
Activos intangíveis	9	24,970	(23,155)	1,815	593				
Outros activos	10	32,344	-	32,344	27,227				
						Capital	16	32,185,000	32,185,000
						Outras reservas e resultados transitados	17	4,912,275	3,516,498
						Resultado líquido do exercício	17	<u>2,129,078</u>	<u>1,395,777</u>
						Total do capital próprio		<u>39,226,353</u>	<u>37,097,275</u>
Total do activo		<u>52,317,389</u>	<u>(132,942)</u>	<u>52,184,447</u>	<u>47,064,818</u>	Total do passivo e do capital próprio		<u>52,184,447</u>	<u>47,064,818</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros e rendimentos similares	18	3,130,731	3,078,978
Juros e encargos similares	18	(393,673)	(504,156)
<b>Margem financeira</b>		<b>2,737,058</b>	<b>2,574,822</b>
Rendimentos de serviços e comissões		16,098	20,052
Encargos com serviços e comissões		(8,005)	(186,983)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)		31,986	(17,331)
Outros resultados de exploração		(54,010)	(63,973)
<b>Produto bancário</b>		<b>2,723,127</b>	<b>2,326,587</b>
Custos com pessoal	19	(500,243)	(287,436)
Gastos gerais administrativos	20	(412,973)	(339,537)
Depreciações e amortizações	9	(21,306)	(22,097)
Provisões líquidas de reposições e anulações	14	340,473	(281,740)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2,129,078</b>	<b>1,395,777</b>
<b>Resultado do exercício</b>		<b>2,129,078</b>	<b>1,395,777</b>
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>2,129,078</b>	<b>1,395,777</b>
Número médio de acções ordinárias emitidas	16	6,437,000	6,437,000
Resultado por acção (Euros)		0.33	0.22

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Resultado do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1 de Janeiro de 2009	32,185,000	1,395,012	2,121,486	35,701,498
Distribuição do resultado do exercício de 2008:				
. Incorporação em reservas	-	2,121,486	(2,121,486)	-
Rendimento integral do exercício de 2009	-	-	1,395,777	1,395,777
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	<u>32,185,000</u>	<u>3,516,498</u>	<u>1,395,777</u>	<u>37,097,275</u>
Distribuição do resultado do exercício de 2009:				
. Incorporação em reservas	-	1,395,777	(1,395,777)	-
Rendimento integral do exercício de 2010	-	-	2,129,078	2,129,078
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	<u><u>32,185,000</u></u>	<u><u>4,912,275</u></u>	<u><u>2,129,078</u></u>	<u><u>39,226,353</u></u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimento de juros e comissões		3,146,829	3,099,030
Pagamento de juros e comissões		(401,678)	(691,139)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores		(913,216)	(626,973)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional		(22,024)	(81,304)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais		<u>1,809,911</u>	<u>1,699,614</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:			
Aplicações em instituições de crédito		(5,631,808)	1,406,236
Crédito a clientes		(4,737,673)	4,956,822
Investimentos financeiros detidos até à maturidade		10,039,065	(10,039,065)
Derivados de cobertura		-	7,145
Outros activos		(5,117)	(10,005)
		<u>(335,533)</u>	<u>(3,678,867)</u>
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:			
Recursos de outras instituições de crédito		(883,025)	1,248,020
Recursos de clientes e outros empréstimos		3,893,896	(1,452,687)
Derivados de cobertura		(17,237)	12,987
Outros passivos		32,280	(23,513)
		<u>3,025,914</u>	<u>(215,193)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais		<u>4,500,292</u>	<u>(2,194,446)</u>
<u>Fluxos de caixa de actividades de investimento</u>			
(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:			
Activos tangíveis e intangíveis		<u>(38,649)</u>	<u>(2,637)</u>
Caixa líquida das actividades de investimento		<u>(38,649)</u>	<u>(2,637)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		4,461,643	(2,197,083)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4 e 5	732,424	2,929,507
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4 e 5	5,194,067	732,424

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Rural Europa, S.A. (Banco), foi constituído por escritura de 12 de Fevereiro de 1999, tendo iniciado a sua actividade em 17 de Junho de 1999. O Banco está autorizado pelo Banco de Portugal a operar de acordo com as directrizes reguladoras da actividade bancária vigentes em Portugal, tendo por objecto a realização de todas as operações bancárias e a prestação de todos os serviços legalmente consentido aos bancos. A sua sede social encontra-se localizada na Região Autónoma da Madeira.

Para realização das suas operações, o Banco dispõe de um escritório localizado na Ilha da Madeira.

O Banco é detido pelo Banco Rural, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme estabelecido no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e nas Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto nos seguintes temas:

- i. Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) – os créditos devem ser registados ao seu valor nominal;
- ii. Provisionamento do crédito e valores a receber – mantém-se o normativo anterior, o qual determina níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos nº 8/03 e nº 3/05 do Banco de Portugal. Adicionalmente, o provisionamento de responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga encontra-se abrangido no âmbito de aplicação deste normativo;
- iii. Valorização de activos tangíveis – a possibilidade de mensuração de activos tangíveis pelo seu justo valor conforme previsto no IAS 16, encontra-se restrita no âmbito do nº 4 do Aviso 1/2005.

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido acima, em 2010 o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009, desde que aprovadas pela União Europeia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
Alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis	1-Jul-09	A revisão de 2007 da IAS 1 introduziu alterações de terminologia, incluindo novas designações para as peças das demonstrações financeiras, assim como alterações ao nível do formato e conteúdo de tais peças.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2009	Várias (habitualmente 1-Jan-10)	Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.

O efeito nas demonstrações financeiras do Banco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas (revisão)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IAS 32 – Emenda (Classificação das emissões de direitos)	1-Fev-10	Esta emenda vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2010, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2.2. Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, foram efectuados julgamentos e elaboradas estimativas pela Gestão, os quais, face à melhor informação disponível à data, se consideraram ser os mais adequados na definição das políticas contabilísticas a adoptar pelo Banco.

2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que se realizaram. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor à data de balanço. Os activos não monetários que se encontrem valorizados pelo seu justo valor são convertidos para a moeda funcional considerando a taxa de câmbio em vigor na data de realização da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, encontram-se registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas em resultados do exercício.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

*Valorimetria*

O crédito a clientes e valores a receber encontram-se registados pelo seu valor nominal. Os proveitos com juros e comissões ou outros custos directos associados a estas operações são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo diferidos ao longo do respectivo período de vigência da operação de acordo com o método “pro rata temporis”, caso se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês.

*Provisionamento*

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Aviso 8/2003, de 30 de Janeiro e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, o Banco constituiu as seguintes provisões para riscos de crédito:

i. Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

ii. Provisão para risco-país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização de todos os activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em Instruções e Cartas Circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.



iii. Provisão para riscos gerais de crédito

Nos termos do Aviso 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, o Banco constitui uma provisão de carácter genérico, destinada a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido, a qual é calculada aplicando uma percentagem de 1% à totalidade do crédito não vencido, incluindo garantias e avales prestados.

b) Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, sendo do interesse do Banco mantê-los até ao seu reembolso.

Os investimentos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

c) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e os quais não foram adquiridos com intenção de negociação no curto prazo (activos financeiros para negociação) ou classificados numa das restantes categorias de activos financeiros (activos financeiros ao justo valor através de resultados ou activos financeiros disponíveis para venda).

São enquadráveis nesta categoria os valores a receber de outras instituições de crédito. No seu reconhecimento inicial, o Banco regista estes activos pelo seu justo valor, o qual corresponde aos montantes desembolsados e inclui outros custos e proveitos directamente associados à realização da operação. Subsequentemente, estes activos são registados ao seu custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões constituídas para risco-país.

Os proveitos com juros e comissões ou outros custos directos associados a activos classificados nesta categoria, são reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Esta categoria inclui essencialmente recursos de outras instituições de crédito e de clientes.

Subsequentemente, estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os encargos com juros, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

e) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

#### Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Banco a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, estão sujeitas ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Banco prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Banco;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da demonstração dos resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

2.5. Outros activos tangíveis

A rubrica de outros activos tangíveis inclui obras em edifícios arrendados e equipamentos, as quais se encontram registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes de acordo com a vida útil estimada do bem, a qual apresenta as seguintes características:

	Anos de <u>vida útil</u>
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 - 5
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4
Outro equipamento	8

2.6. Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica despesas com a aquisição de software, as quais se encontram registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas segundo o método das quotas constantes de acordo com a vida útil estimada dos bens, a qual é de três anos.

2.7. Impostos sobre lucros

Dado o Banco encontrar-se sediado na Zona Franca da Madeira, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, as suas operações estão isentas de imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos até 31 de Dezembro de 2011.

A isenção de IRC consagrada no artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) relativamente às instituições de crédito e Sociedades Financeiras instaladas na Zona Franca da Madeira encontra-se sujeita às seguintes restrições:

- Não realização de quaisquer operações com residentes em território português ou com estabelecimento estável de um não residente aí situado, exceptuadas as entidades instaladas nas zonas francas que não sejam instituições de crédito, sociedades financeiras ou sucursais financeiras que realizem operações próprias da sua actividade com residentes ou estabelecimentos estáveis de não residentes.
- Não realização de quaisquer operações com não residentes relativas a instrumentos financeiros derivados, excepto quando essas operações tenham como objectivo a cobertura de operações activas e passivas afectas à estrutura instalada nas zonas francas.

2.8. Benefícios dos empregados

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Sector Bancário, tendo assumido responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados ou as suas famílias. Para este efeito, o Banco constituiu um plano de pensões de benefício definido. As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACTV para o pessoal no activo.

O valor das responsabilidades do Banco é determinado anualmente por actuários independentes, através do método "Unit Credit Projected", em conformidade com os pressupostos actuariais que se considerem reflectir mais adequadamente a realidade do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados relativos às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões não afectam o resultado do exercício, sendo registados numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), desde que o respectivo montante não exceda 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do exercício que serve de referencial para cálculo dos desvios.

Caso existam desvios actuariais e financeiros superiores aos limites acima referidos, estes devem ser registados por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço do pessoal no activo abrangido pelo plano.

2.9. Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, o Fundo de Garantia de Depósitos tem como objectivo garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

2.10. Caixa e seus equivalentes

Para elaboração da demonstração de fluxos de caixa, inclui-se no saldo de “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

3. RELATO POR SEGMENTOS

A actividade do Banco desempenha-se integralmente na Zona Franca da Madeira, sendo as suas linhas de negócio essencialmente as seguintes:

Banca comercial: Inclui todas as operações com clientes particulares.

Comércio externo: Inclui todas as restantes operações.

No decorrer dos exercícios findos de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a repartição do balanço e do produto bancário por linhas de negócio, é apresentada de seguida:

	2010			2009		
	Comércio Externo	Banca Comercial	Total	Comércio Externo	Banca Comercial	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	121.609	-	121.609	91.954	-	91.954
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.072.458	-	5.072.458	640.470	-	640.470
Aplicações em instituições de crédito	25.404.679	5.566.024	30.970.703	19.824.731	5.514.164	25.338.895
Crédito a clientes	15.890.152	6.306	15.896.458	10.853.675	-	10.853.675
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	10.039.065	-	10.039.065
Outros	123.219	-	123.219	100.759	-	100.759
<b>Activo líquido total</b>	<b>46.612.117</b>	<b>5.572.330</b>	<b>52.184.447</b>	<b>41.550.654</b>	<b>5.514.164</b>	<b>47.064.818</b>
Recursos de outras instituições de crédito	1.114.834	-	1.114.834	1.997.859	-	1.997.859
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.003.239	5.572.330	11.575.569	2.167.509	5.514.164	7.681.673
Outros	267.691	-	267.691	288.011	-	288.011
<b>Passivo Total</b>	<b>7.385.764</b>	<b>5.572.330</b>	<b>12.958.094</b>	<b>4.453.379</b>	<b>5.514.164</b>	<b>9.967.543</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2010			2009		
	Comércio Externo	Banca Comercial	Total	Comércio Externo	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	2.872.519	258.212	3.130.731	2.710.185	368.793	3.078.978
Juros e encargos similares	(135.461)	(258.212)	(393.673)	(135.363)	(368.793)	(504.156)
Margem Financeira	2.737.058	-	2.737.058	2.574.822	-	2.574.822
Rendimentos de serviços e comissões	16.098	-	16.098	20.052	-	20.052
Encargos com serviços e comissões	(8.005)	-	(8.005)	(186.983)	-	(186.983)
Resultados de reavaliação cambial	31.986	-	31.986	(17.331)	-	(17.331)
Outros resultados de exploração	(54.010)	-	(54.010)	(63.973)	-	(63.973)
Produto bancário	2.723.127	-	2.723.127	2.326.587	-	2.326.587

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Caixa	381	202
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	121.228	91.752
	-----	-----
	121.609	91.954
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas a constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em Bancos Centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos à ordem		
· No País	89.450	53.204
· No Estrangeiro	4.983.008	587.266
	-----	-----
	5.072.458	640.470
	=====	=====

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Depósitos a prazo no estrangeiro		
· The Winterbotham Trust Company Ltd.	6.500.000	7.000.000
· Bank Winter & Co	4.000.000	4.000.000
· Rural International Bank (Nota 23)	753.630	750.000
Aplicações de compra com acordo de revenda		
· Bank Winter & Co (ver Nota 8)	10.000.000	-
Empréstimos no estrangeiro		
· Banco Rural, S.A. (Nota 23)	6.485.810	6.570.512
Aplicações a muito curto prazo		
· Banco Brasil – Londres	2.423.230	5.500.000
· National City Bank	-	829.515
	-----	-----
	30.162.670	24.650.027
Juros a receber	808.033	688.868
	-----	-----
	30.970.703	25.338.895
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as aplicações em instituições de crédito vencem juros às taxas médias anuais de 6,20% e 5,47%, respectivamente.

7. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Crédito ao exterior</u>		
Créditos em conta corrente	1.327.793	3.183.967
Financiamentos à exportação	14.353.931	6.941.552
	-----	-----
	15.681.724	10.125.519
Juros a receber	214.734	371.396
	-----	-----
Total crédito não vencido	15.896.458	10.496.915
	-----	-----
<u>Crédito e juros vencidos</u>		
Crédito vencido	-	615.330
Juros vencidos	-	46.536
	---	-----
	-	661.866
	-----	-----
	15.896.458	11.158.781
	-----	-----
<u>Provisões (Nota 14)</u>		
Para crédito e juros vencidos	-	( 6.619 )
Para risco-país	-	( 298.487 )
	---	-----
	-	( 305.106 )
	-----	-----
	15.896.458	10.853.675
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os financiamentos concedidos à exportação vencem juros às taxas médias anuais de 8,41% e 10,0%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as operações de crédito sob a forma de financiamento à exportação concedido a entidades Brasileiras não se encontram sujeitas à constituição de provisão para risco-país. Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Crédito a clientes” inclui uma operação de crédito a uma entidade sediada na Guiné Equatorial, no montante de 7.245.173 Euros, e que está garantida pelo Banco Rural, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco tinha registado na rubrica “Crédito e juros vencidos” o montante de 661.866 Euros relativo à última prestação de um dos financiamentos concedidos à “OLAM International Ltd.”, que se venceu no dia 15 de Dezembro de 2009, tendo sido liquidada em Janeiro de 2010. Em 31 de Dezembro de 2009 as responsabilidades totais deste cliente junto do Banco ascendiam a 4.140.922 Euros, tendo sido integralmente liquidadas durante o exercício de 2010.

Para fazer face a eventuais problemas de realização destes créditos, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco dispõe ainda de provisões para riscos gerais de crédito nos montantes de 39.701 Euros e 75.065 Euros, respectivamente (Nota 14).

8. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo desta rubrica apresentava a seguinte composição:

Título	Quantidade	Valor de balanço unitário	Cotação	Valor de balanço	Valor de mercado	Valia potencial
France EO-Treasury Bills	5.037.000	99,7%	99,8%	5.021.008	5.027.430	6.422
Treasury Bills 1995-2015 7,375%	4.840.000	103,7%	100,0%	5.018.057	4.840.000	(178.057)
				<u>10.039.065</u>	<u>9.867.430</u>	<u>(171.635)</u>

O título “France EO-Treasury Bills” venceu-se na maturidade inicialmente prevista em Junho de 2010, tendo sido recebido pelo seu valor nominal.

No exercício de 2010, o Banco celebrou acordos de venda dos títulos registados nesta rubrica com uma entidade terceira, tendo deste modo procedido à sua reclassificação para a rubrica “Aplicações em instituições de crédito - Operações de compra com acordo de revenda” (ver Nota 6).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)9. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” e “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2009			Valor bruto		Amortizações		Saldos em 31-12-2010		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Abates / alienações	Amortizações do exercício	Abates / alienações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
<u>Outros activos tangíveis</u>										
Obras em imóveis arrendados	19.780	(4.945)	14.835	-	-	(1.978)	-	19.780	(6.923)	12.857
Equipamento										
Mobiliário e material	39.026	(19.422)	19.604	1.455	(1.873)	(3.893)	1.873	38.608	(21.442)	17.166
Máquinas e ferramentas	33.054	(12.636)	20.418	2.400	-	(4.480)	-	35.454	(17.116)	18.338
Equipamento informático	54.847	(42.074)	12.773	3.003	-	(3.200)	-	57.850	(45.274)	12.576
Instalações interiores	17.455	(12.146)	5.309	-	-	(1.936)	-	17.455	(14.082)	3.373
Material de transporte	31.000	(31.000)	-	29.700	(31.000)	(4.950)	31.000	29.700	(4.950)	24.750
	<u>195.162</u>	<u>(122.223)</u>	<u>72.939</u>	<u>36.558</u>	<u>(32.873)</u>	<u>(20.437)</u>	<u>32.873</u>	<u>198.847</u>	<u>(109.787)</u>	<u>89.060</u>
<u>Activos intangíveis</u>										
Sistema de tratamento automático de dados	22.879	(22.286)	593	2.091	-	(869)	-	24.970	(23.155)	1.815
	<u>218.041</u>	<u>(144.509)</u>	<u>73.532</u>	<u>38.649</u>	<u>(32.873)</u>	<u>(21.306)</u>	<u>32.873</u>	<u>223.817</u>	<u>(132.942)</u>	<u>90.875</u>

	Saldos em 31-12-2008			Valor bruto		Amortizações		Saldos em 31-12-2009		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Abates / alienações	Amortizações do exercício	Abates / alienações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
<u>Outros activos tangíveis</u>										
Obras em imóveis arrendados	19.780	(2.967)	16.813	-	-	(1.978)	-	19.780	(4.945)	14.835
Equipamento										
Mobiliário e material	39.026	(15.670)	23.356	-	-	(3.752)	-	39.026	(19.422)	19.604
Máquinas e ferramentas	33.054	(8.220)	24.834	-	-	(4.416)	-	33.054	(12.636)	20.418
Equipamento informático	53.339	(38.875)	14.464	1.508	-	(3.199)	-	54.847	(42.074)	12.773
Instalações interiores	16.597	(10.238)	6.359	858	-	(1.908)	-	17.455	(12.146)	5.309
Material de transporte	31.000	(29.064)	1.936	-	-	(1.936)	-	31.000	(31.000)	-
	<u>192.796</u>	<u>(105.034)</u>	<u>87.762</u>	<u>2.366</u>	<u>-</u>	<u>(17.189)</u>	<u>-</u>	<u>195.162</u>	<u>(122.223)</u>	<u>72.939</u>
<u>Activos intangíveis</u>										
Sistema de tratamento automático de dados	22.608	(17.378)	5.230	271	-	(4.908)	-	22.879	(22.286)	593
	<u>215.404</u>	<u>(122.412)</u>	<u>92.992</u>	<u>2.637</u>	<u>-</u>	<u>(22.097)</u>	<u>-</u>	<u>218.041</u>	<u>(144.509)</u>	<u>73.532</u>

10. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Despesas com custo diferido</u>		
Fundo de pensões (Nota 21)	4.337	4.517
Rendas e alugueres	2.300	2.300
	-----	-----
	6.637	6.817
	-----	-----
<u>Outros devedores</u>		
Pagamento especial por conta de IRC	5.300	5.300
	-----	-----
<u>Responsabilidades com pensões (Nota 21)</u>		
Valor do fundo de pensões autónomo	153.264	101.051
Valor das responsabilidades com serviços passados	(154.277)	(106.675)
Desvios actuariais		
- incluídos no corredor	15.428	13.683
- fora do corredor	5.992	7.051
	-----	-----
	20.407	15.110
	-----	-----
	32.344	27.227
	=====	=====



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)11. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Depósitos e outros recursos de instituições de crédito no estrangeiro (Nota 23)		
· Depósitos à ordem	49.834	308.964
· Depósitos a prazo	1.065.000	1.688.895
	-----	-----
	1.114.834	1.997.859
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os depósitos a prazo vencem juros a uma taxa média anual de 4% e 7,12%, respectivamente, tendo sido constituídos no último dia de cada exercício.

12. RECURSOS DE CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Depósitos à ordem	6.329.212	1.863.468
Depósitos a prazo	5.047.808	5.614.347
	-----	-----
	11.377.020	7.477.815
Juros a pagar	198.549	203.858
	-----	-----
	11.575.569	7.681.673
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os depósitos a prazo vencem juros a uma taxa média anual de 6,33% e 6,37%, respectivamente.

13. DERIVADOS DE COBERTURA

O Banco realiza operações com produtos derivados de cobertura no âmbito da sua actividade, com o objectivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais (Nota 2.4. e)).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010		
	Nocional	Reavaliação positiva (activa)	Reavaliação negativa (passiva)
Forwards cambiais (Nota 23)		-	(96.180)
Compras	5.300.000		
Vendas	5.392.142		
	-----	-	(96.180)
	10.692.142	-	(96.180)
	=====	-	(96.180)
			(96.180)
	2009		
	Nocional	Reavaliação positiva (activa)	Reavaliação negativa (passiva)
Forwards cambiais		-	(113.417)
Compras	3.092.670		
Vendas	3.000.000		
	-----	-	(113.417)
	6.092.670	-	(113.417)
	=====	-	(113.417)
			(113.417)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)14. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010				Saldo em 31-12-2010
	Saldo em 31-12-2009	Reforços	Reposições e anulações	Regularizações	
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 7)	75.065	59.404	(94.771)	3	39.701
Provisões para crédito vencido (Nota 7)	6.619	177.368	(183.987)	-	-
Provisões para risco país de crédito a clientes (Nota 7)	298.487	-	(298.487)	-	-
	<u>380.171</u>	<u>236.772</u>	<u>(577.245)</u>	<u>3</u>	<u>39.701</u>

	2009				Saldo em 31-12-2009
	Saldo em 31-12-2008	Reforços	Reposições e anulações	Regularizações	
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 7)	98.433	51.807	(75.173)	(2)	75.065
Provisões para crédito vencido (Nota 7)	-	6.619	-	-	6.619
Provisões para risco país de crédito a clientes (Nota 7)	-	376.859	(78.372)	-	298.487
	<u>98.433</u>	<u>435.285</u>	<u>(153.545)</u>	<u>(2)</u>	<u>380.171</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco tinha constituída uma provisão para risco-país referente ao crédito em conta corrente concedido à empresa Berkeley Capital S.A., com sede no Panamá, cujo saldo do financiamento nessa data ascendia a 2.984.867 Euros. Este financiamento foi integralmente liquidado em Janeiro de 2010, tendo o Banco revertido essa provisão.

15. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Outras exigibilidades:</u>		
Retenção de impostos na fonte	8.080	3.791
Segurança Social	3.588	-
Cafeb	2.642	2.174
Outros	28.314	20.083
	-----	-----
	42.624	26.048
	-----	-----
<u>Encargos a pagar:</u>		
Férias e subsídio de férias	41.577	35.872
Encargos a pagar relativos a férias e subsídio de férias	13.504	9.648
Gastos gerais administrativos	30.105	23.941
Contribuições para o Fundo de Pensões (Nota 21)	4.000	4.020
	-----	-----
	89.186	73.481
	-----	-----
	131.810	99.529
	=====	=====

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

16. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital do Banco está representado por 6.437.000 acções, com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscrito e realizado pelos seguintes accionistas:

	<u>Número de acções</u>	<u>Montante</u>	<u>% de participação</u>
Banco Rural, S.A.	6.417.689	32.088.445	99,70%
Kátia Rabello	9.656	48.280	0,15%
José Roberto Salgado	6.437	32.185	0,10%
Nora Rabello	3.218	16.090	0,05%
	-----	-----	-----
	6.437.000	32.185.000	100,00%
	=====	=====	=====

17. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	4.912.275	3.516.498
	-----	-----
Resultado líquido	2.129.078	1.395.777
	-----	-----
	7.041.353	4.912.275
	=====	=====

De acordo com o disposto no artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 25 de Setembro, o Banco destina uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)18. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	1.941.073	1.790.870
Juros de crédito ao exterior	1.184.592	1.227.527
Juros de disponibilidades		
. No Banco de Portugal	1.052	1.278
. Em instituições de crédito no país	56	62
. Em instituições de crédito no estrangeiro	3.958	5.190
Juros de investimentos detidos até à maturidade	-	54.051
	-----	-----
	3.130.731	3.078.978
	=====	=====
<u>Juros e encargos similares:</u>		
Juros de depósitos de clientes		
. A prazo	353.898	363.293
. À ordem	20.466	5.500
	-----	-----
	374.364	368.793
	-----	-----
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	19.309	135.363
	-----	-----
	393.673	504.156
	=====	=====

19. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Remuneração do Conselho de Administração	186.475	155.100
Remuneração dos empregados	180.915	86.200
Custos com pensões (Nota 21)	49.524	13.784
Outros encargos sociais obrigatórios	82.909	32.352
Outros custos com pessoal	420	-
	-----	-----
	500.243	287.436
	=====	=====

A distribuição por categorias profissionais do número médio de empregados ao serviço do Banco nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Administradores	3	3
Funções administrativas e comerciais	5	4
	---	---
	8	7
	==	==

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Deslocações, estadas e representação	60.832	50.360
Rendas e alugueres	57.573	28.244
Comunicações	37.029	35.524
Material de consumo corrente	5.876	3.237
Água, energia e combustível	4.015	3.851
Serviços especializados:		
Auditoria	105.625	82.314
Avenças e honorários	95.805	97.260
Informática	22.257	19.428
Outros serviços de terceiros	9.221	12.152
Outros fornecimentos e serviços de terceiros	14.740	7.167
	-----	-----
	412.973	339.537
	=====	=====

21. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV), tendo formalizado um contrato de seguro de pensões de benefício definido com a PensõesGere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2010 foi efectuado um estudo actuarial.

As diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões e os valores efectivamente verificados relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 são as seguintes:

	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>
Método actuarial	Projected Unit Credit	
Tábua de mortalidade	TV 88/90	
Taxa de rendimento do Fundo	5%	( 2,4% )
Taxa de crescimento salarial	2,5%	
Taxa de crescimento das pensões	1,5%	
Taxa técnica de juro (após a reforma)	4%	
Idade normal de reforma	65 anos	

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com serviços passados de acordo com o estudo actuarial efectuado, assim como a respectiva cobertura, apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>31-12-2010</u>		<u>31-12-2009</u>	
	<u>Número de</u>	<u>Responsa-</u>	<u>Número de</u>	<u>Responsa-</u>
	<u>personas</u>	<u>bilidades</u>	<u>personas</u>	<u>bilidades</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:				
Activos (Nota 10)	<u>4</u>	<u>154.277</u>	<u>6</u>	<u>106.675</u>
Fundo de pensões autónomo (Nota 10)		153.264		101.051
Contribuições a entregar (Nota 15)		4.000		4.020
		<u>157.264</u>		<u>105.071</u>
Nível de financiamento		<u>101,94%</u>		<u>98,50%</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços futuros		<u>654.225</u>		<u>815.364</u>

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco não tem quaisquer responsabilidades com pensões relativamente a reformados e pensionistas.

Nos termos do Aviso nº 4/2005 de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal, é definida a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo.

O movimento no valor do fundo de pensões durante os exercícios de 2009 e 2010 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	74.293
Contribuições	22.989
Rendimento líquido do fundo	3.769
	-----
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	101.051
Contribuições	54.644
Rendimento líquido do fundo	( 2.430 )
	-----
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	153.264
	=====

O movimento ocorrido no valor das responsabilidades durante os exercícios de 2009 e 2010 foi o seguinte::

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2008	71.624
Custo do serviço corrente	13.683
Custo dos juros	3.581
Ganhos e perdas actuariais	17.787
	-----
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2009	106.675
Custo do serviço corrente	48.762
Custo dos juros	5.334
Ganhos e perdas actuariais	( 6.494 )
	-----
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010	154.277
	=====

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos exercícios de 2010 e 2009, os custos com pensões registados na rubrica "Custos com pessoal" apresentam a seguinte composição (Nota 19):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custo do serviço corrente	48.762	13.683
Custo dos juros	5.334	3.681
Rendimento esperado	( 5.030 )	( 3.701 )
Amortização anual da inclusão do SAMS e subsídio por morte no fundo de pensões	458	221
	-----	-----
	49.524	13.784
	=====	=====

Durante o exercício de 2007, o Banco incluiu no Plano de Pensões da Adesão Colectiva as contribuições obrigatórias para o SAMS a seu cargo, conforme estabelecido na cláusula nº 144ª do ACTV e ainda a atribuição do subsídio por morte após reforma, conforma indicado na cláusula nº 142ª do referido Acordo. A inclusão destes benefícios correspondeu a um aumento de responsabilidades no montante de 4.892 Euros registados na rubrica "Despesas com custo diferido – Fundo de pensões". Este montante encontra-se a ser amortizado pelo número de anos correspondente ao diferencial entre a idade média previsível de reforma e a idade média dos empregados abrangidos pelo plano. O montante por amortizar em 31 de Dezembro de 2010 ascende a 4.337 Euros (Nota 10).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais relacionados com as responsabilidades com pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, pode ser demonstrado como segue:

	<u>Corredor</u> (Nota 10)	<u>Excesso face ao corredor</u> (Nota 10)	<u>Total</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	3.015	-	3.015
Desvios actuariais apurados em 2009	10.668	7.051	17.719
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>13.683</u>	<u>7.051</u>	<u>20.734</u>
Amortização de desvios em 2010	-	(279)	(279)
Desvios actuariais apurados em 2010	965	-	965
Reclassificação de desvios actuariais	780	(780)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u><u>15.428</u></u>	<u><u>5.992</u></u>	<u><u>21.420</u></u>

Os desvios gerados em 2010 e 2009, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Desvios actuariais	( 6.494 )	17.787
Desvios de rendimento	7.459	( 68 )
	-----	-----
	965	17.719
	===	=====

Com a publicação do Decreto-Lei n.1-A/2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, incluindo os pertencentes ao Banco, irão ser integrados no Regime Geral de Segurança Social, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, passando a estar cobertos por este regime em matéria de pensões por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção.

## 22. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes não reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.142.302	852.184
Compromissos perante terceiros	900	900
	-----	-----
	1.143.202	853.084
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 o saldo da rubrica “Garantias e avales” corresponde a duas garantias prestadas em nome da Agroindustrial Espírito Santo do Turvo e da Build Brasil no montante de 1.229.344 Dólares Norte Americanos e 297.000 Dólares Norte Americanos, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo da rubrica “Garantias e avales” corresponde a uma garantia prestada em nome da Agroindustrial Espírito Santo do Turvo.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica “Compromissos perante terceiros” corresponde ao montante por utilizar do limite de crédito em conta corrente concedido à Bechic Catering S.L..

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

23. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito		
Rural Intl Bank – Nassau	31.948	35.199
Outros créditos sobre instituições de crédito (Nota 6)		
Banco Rural, S.A.	6.711.069	6.570.512
Rural Intl Bank – Nassau (Nota 6)	753.630	750.000
	-----	-----
	7.496.646	7.355.711
	=====	=====
Recursos de outras instituições de crédito (Nota 11)		
Rural Intl Bank – Nassau	1.066.576	1.813.176
Banco Rural, S.A.	29.732	170.914
Banco Simples, S.A.	18.526	13.769
	-----	-----
	1.114.834	1.997.859
	=====	=====
Derivados de cobertura (Nota 13)		
Banco Rural, S.A.		
Compras	5.300.000	-
Vendas	5.392.142	-
	-----	----
	10.692.142	-
	=====	==

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes principais resultados em transacções com entidades relacionadas:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros e rendimentos similares	677.795	593.029
Juros e encargos similares	19.309	135.363
Custos com pessoal	41.958	-
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	( 17.237 )	-

24. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

*Políticas de gestão dos riscos financeiros*

O Conselho de Administração do Banco Rural Europa S.A é responsável pela aprovação das políticas e procedimentos de gestão de risco que vigoram na instituição, sob proposta do pessoal com funções operacionais. As políticas e procedimentos de gestão de risco encontram-se formalizados em normas internas. Tais políticas e procedimentos são revistas pelo Conselho de Administração, pelo menos, duas vezes por ano.

O Banco tem estipulado qual o tipo de informação necessária (incluindo a informação sobre gestão de risco), quais as pessoas responsáveis, bem como qual a frequência com que tal informação deve ser reportada ao Conselho de Administração.

**Risco de crédito**

O risco de crédito consiste no grau de incerteza dos retornos esperados de activos, decorrente de incumprimento das obrigações do mutuário de um empréstimo (e seu avalista, se existir), do emitente de um título ou da contraparte de um contrato.



A actividade de crédito do Banco está, sobretudo, vocacionada para operações de “*Trade Finance*”. O Banco tem consciência de que devido à concentração de crédito num tipo de produto e à sua reduzida dimensão, não pode comportar grandes riscos de crédito. Por conseguinte, as suas políticas de concessão de crédito são bastante conservadoras. A pouca propensão ao risco de crédito consubstancia-se, entre outros aspectos, nos seguintes:

- Concessão de crédito sobretudo a clientes com boa capacidade creditícia, referenciados pelo Banco Rural S.A.;
- Operações de crédito de curto prazo (com prazos inferiores a um ano);
- Mitigação do risco de crédito através de colaterais ou garantias, com níveis de cobertura próximos dos 100%.

O Banco tem instituído limites para aprovação de crédito. Os créditos que excedem tais limites têm de ser ratificados pelo Conselho de Administração. De cada vez que os clientes que entram em incumprimento, o sistema de informação do Banco produz relatórios de excepção, os quais são analisados pela gestão operacional.

O Conselho de Administração monitoriza periodicamente as exposições de crédito significativas, a evolução da qualidade da carteira de crédito, assim como a adequação das provisões.

#### **Risco de mercado**

O risco de mercado traduz-se na perda potencial de uma determinada carteira de activos financeiros, na sequência da evolução desfavorável de cotações bolsistas, tendo em conta quer a correlação existente entre tais activos, quer a sua volatilidade.

Este risco é praticamente negligenciável, uma vez que não é habitual o banco dispor de carteira de títulos. Pontualmente, o banco investe em títulos, mas esta não tem sido a sua opção de aplicação de fundos, exactamente, porque não é sua política incorrer em risco de mercado. Os investimentos em títulos cotados, quando ocorrem, têm um horizonte temporal curto e objectivos e propósitos específicos, previamente definidos e autorizados pelo Conselho de Administração.

#### **Risco de taxa de juro**

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

De uma maneira geral, as aplicações do Banco são remuneradas a taxas de juro bastantes superiores às taxas que o Banco obtém para fazer o *fundings* de tais operações. Isto porque, as taxas de juro activas têm como referência as taxas mais elevadas praticadas no Brasil, enquanto que as taxas de juro passivas têm como referencial as taxas mais baixas praticadas nos mercados europeus e norte-americano. Desta forma, operando com margens de manobra confortáveis entre taxas de juro activas e passivas, o Banco protege-se contra o risco de taxa de juro.

#### **Risco cambial**

O risco cambial reflecte a perda potencial na posição patrimonial do Banco, na sequência da evolução desfavorável de taxas de câmbio.

As principais moedas com que o Banco opera são o euro e o dólar norte-americano. O Banco tem instituído limites para exposição cambial. Para além disso, o Banco procura de forma activa não incorrer em grandes riscos cambiais, de uma forma geral mantendo, para cada moeda, as suas posições activas e passivas niveladas.

#### **Risco de liquidez**

O risco de liquidez corresponde ao risco de o Banco ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O perfil de liquidez do Banco é facilmente previsível, dada a reduzida complexidade das suas operações e a relativa estabilidade do seu *mix* de operações activas e passivas.

A avaliação do risco de liquidez é efectuada, quer por indicadores regulamentares requeridos pelo Banco de Portugal, quer por outros indicadores definidos internamente. Para estes últimos, o Conselho de Administração define quais os limites de exposição.

Os relatórios com as posições de liquidez para todas as moedas são analisados, numa base diária, quer pela gestão operacional, quer por membros da administração do Banco.

Para fazer face a necessidades pontuais de liquidez, o Banco dispõe de linhas de crédito “back up” quer junto do principal accionista, quer junto de bancos correspondentes.

Risco de crédito

*Exposição máxima ao risco de crédito*

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Patrimoniais:		
Crédito a clientes (Nota 7)	15.896.458	10.853.675
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 5)	5.072.458	640.470
Aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	30.970.703	25.338.895
	-----	-----
	51.939.619	36.833.040
	-----	-----
Extrapatrimoniais:		
Compromissos irrevogáveis (Nota 22)	1.143.202	853.084
	-----	-----
	53.082.821	37.686.124
	=====	=====

*Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas*

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco não apresentava operações de crédito vencidas. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante do incumprimento das operações de crédito vencidas ascendia a 661.866 Euros, sendo a sua antiguidade até 3 meses.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)Risco cambial

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	31-12-2010		
	Moeda		
	Euros	Dólares Norte Americanos	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	121.609	-	121.609
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.252.738	3.819.720	5.072.458
Aplicações em instituições de crédito	27.951.907	3.018.796	30.970.703
Crédito a clientes (saldos brutos)	5.309.290	10.587.168	15.896.458
	<u>34.635.544</u>	<u>17.425.684</u>	<u>52.061.228</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de outras instituições de crédito	(1.093.492)	(21.342)	(1.114.834)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(22.408)	(11.553.161)	(11.575.569)
	<u>(1.115.900)</u>	<u>(11.574.503)</u>	<u>(12.690.403)</u>
	<u>33.519.644</u>	<u>5.851.181</u>	<u>39.370.825</u>
	31-12-2009		
	Moeda		
	Euros	Dólares Norte Americanos	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	91.954	-	91.954
Disponibilidades em outras instituições de crédito	589.628	50.842	640.470
Aplicações em instituições de crédito	23.666.525	1.672.370	25.338.895
Crédito a clientes (saldos brutos)	208.682	10.950.099	11.158.781
Investimentos detidos até a maturidade	10.039.065	-	10.039.065
	<u>34.595.854</u>	<u>12.673.311</u>	<u>47.269.165</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de outras instituições de crédito	(652.674)	(1.345.185)	(1.997.859)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.489)	(7.679.184)	(7.681.673)
	<u>(655.163)</u>	<u>(9.024.369)</u>	<u>(9.679.532)</u>
	<u>33.940.691</u>	<u>3.648.942</u>	<u>37.589.633</u>

O Banco realiza operações com produtos derivados de cobertura no âmbito da sua actividade, com o objectivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais. O Banco tem como política, sempre que capta recursos ou concede crédito, efectua o *matching* cambial entre o activo e o passivo destas operações, quer em termos de valor e maturidade. Neste contexto, o Banco considera que a sua exposição ao risco cambial é imaterial pelo que a divulgação de informação sobre a sua sensibilidade é redundante.

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	31-12-2010				Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	Superior a 1 ano	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	381	121.228	-	-	121.609
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.072.458	-	-	-	5.072.458
Aplicações em instituições de crédito	-	20.088.200	10.882.503	-	30.970.703
Crédito a clientes (saldos brutos)	-	8.945.634	4.074.328	2.876.496	15.896.458
	<u>5.072.839</u>	<u>29.155.062</u>	<u>14.956.831</u>	<u>2.876.496</u>	<u>52.061.228</u>
<u>Passivos</u>					
Recursos de outras instituições de crédito	(49.834)	(1.065.000)	-	-	(1.114.834)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6.329.212)	(2.473.151)	(2.773.206)	-	(11.575.569)
	<u>(6.379.046)</u>	<u>(3.538.151)</u>	<u>(2.773.206)</u>	<u>-</u>	<u>(12.690.403)</u>
Diferencial	<u>(1.306.207)</u>	<u>25.616.911</u>	<u>12.183.625</u>	<u>2.876.496</u>	<u>39.370.825</u>

	31-12-2009				Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	Superior a 1 ano	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	202	91.752	-	-	91.954
Disponibilidades em outras instituições de crédito	640.470	-	-	-	640.470
Aplicações em instituições de crédito	-	6.329.554	19.009.341	-	25.338.895
Crédito a clientes (saldos brutos)	-	-	7.017.859	4.140.922	11.158.781
Investimentos deitados até a maturidade	-	-	10.039.065	-	10.039.065
	<u>640.672</u>	<u>6.421.306</u>	<u>36.066.265</u>	<u>4.140.922</u>	<u>47.269.165</u>
<u>Passivos</u>					
Recursos de outras Instituições de Crédito	(308.964)	(1.688.895)	-	-	(1.997.859)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.863.468)	(694.544)	(4.265.223)	(858.438)	(7.681.673)
	<u>(2.172.432)</u>	<u>(2.383.439)</u>	<u>(4.265.223)</u>	<u>(858.438)</u>	<u>(9.679.532)</u>
Diferencial	<u>(1.531.760)</u>	<u>4.037.867</u>	<u>31.801.042</u>	<u>3.282.484</u>	<u>37.589.633</u>

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte exposição ao risco da taxa de juro:

	31-12-2010			Total
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	
<u>Activo</u>				
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	121.228	381	121.609
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	62.261	5.010.197	5.072.458
Aplicações em instituições de Crédito	30.970.703	-	-	30.970.703
Crédito a clientes (saldos brutos)	15.896.458	-	-	15.896.458
	<u>46.867.161</u>	<u>183.489</u>	<u>5.010.578</u>	<u>52.061.228</u>
<u>Passivos</u>				
Recursos de outras instituições de crédito	(1.065.000)	-	(49.834)	(1.114.834)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(5.246.357)	-	(6.329.212)	(11.575.569)
	<u>(6.311.357)</u>	<u>-</u>	<u>(6.379.046)</u>	<u>(12.690.403)</u>
Exposição Líquida	<u>40.555.804</u>	<u>183.489</u>	<u>(1.368.468)</u>	<u>39.370.825</u>

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2009			Total
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	
<b>Activo</b>				
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	91.954	-	91.954
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	26.653	613.817	640.470
Aplicações em instituições de Crédito	25.338.895	-	-	25.338.895
Crédito a clientes (saldos brutos)	11.158.781	-	-	11.158.781
Investimentos detidos até a maturidade	10.039.065	-	-	10.039.065
	<u>46.536.741</u>	<u>118.607</u>	<u>613.817</u>	<u>47.269.165</u>
<b>Passivos</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	(1.997.859)	(1.997.859)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(5.818.205)	-	(1.863.468)	(7.681.673)
	<u>(5.818.205)</u>	<u>-</u>	<u>(3.861.327)</u>	<u>(9.679.532)</u>
Exposição Líquida	<u>40.718.536</u>	<u>118.607</u>	<u>(3.247.510)</u>	<u>37.589.633</u>

A grande maioria dos activos e passivos financeiros são remunerados a taxa fixa ou não são remunerados, não estando por isso sujeitos às flutuações da taxa de juro. Neste contexto, o Banco considera que a sua exposição ao risco de taxa de juro é imaterial pelo que a divulgação de informação sobre a sua sensibilidade é redundante.

Justo valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado em 31 de Dezembro de 2010 é apresentado no quadro seguinte:

	Saldos Analisados			Valor de balanço
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Total
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	121.609	121.609	-	121.609
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.072.458	5.072.458	-	5.072.458
Aplicações em Instituições de Crédito	30.970.703	30.970.703	-	30.970.703
Crédito a Clientes (saldos brutos)	15.896.458	15.896.458	-	15.896.458
	<u>52.061.228</u>	<u>52.061.228</u>	<u>-</u>	<u>52.061.228</u>
<b>Passivo</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	(1.114.834)	(1.114.834)	-	(1.114.834)
Recursos de clientes	(11.575.569)	(11.575.569)	-	(11.575.569)
	<u>(12.690.403)</u>	<u>(12.690.403)</u>	<u>-</u>	<u>(12.690.403)</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- Aplicações em instituições de crédito: dado tratarem-se de aplicações de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.
- Crédito a clientes: parte significativa das operações de crédito do Banco tem prazo até 1 ano, pelo que o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor. Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco detém uma operação de crédito no montante de 2.850.995 Euros concedida por um prazo de 5 anos. Para esta operação, o Banco considera que, dado que o seu negocio corresponde essencialmente a financiamento do comércio externo, as condições de financiamento a este cliente não se alteraram após a data de concessão do crédito. Deste modo, para esta operação, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.

BANCO RURAL EUROPA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Recursos de outras instituições de crédito e de clientes: dado tratarem-se de recursos quer à vista quer a muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2009, o justo valor de activos mantidos ao custo amortizado é o seguinte:

	Saldos Analisados			Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	91.954	91.954	-	91.954
Disponibilidades em outras instituições de crédito	640.470	640.470	-	640.470
Aplicações em Instituições de Crédito	25.338.895	25.338.895	-	25.338.895
Crédito a Clientes (saldos brutos)	11.158.781	11.158.781	-	11.158.781
Investimentos detidos até a maturidade	10.039.065	9.867.430	(171.635)	10.039.065
	<u>47.269.165</u>	<u>47.097.530</u>	<u>(171.635)</u>	<u>47.269.165</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de outras instituições de crédito	(1.997.859)	(1.997.859)	-	(1.997.859)
Recursos de clientes	(7.681.673)	(7.681.673)	-	(7.681.673)
	<u>(9.679.532)</u>	<u>(9.679.532)</u>	<u>-</u>	<u>(9.679.532)</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- Aplicações em instituições de crédito: dado tratarem-se de aplicações de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.
- Crédito a clientes: dado tratarem-se de créditos com prazo até 1 ano, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.
- Investimentos detidos até á maturidade: foi comparado o custo amortizado com a última cotação disponível dos títulos a 31 de Dezembro de 2009.
- Recursos de outras instituições de crédito e de clientes: dado tratarem-se de recursos quer à vista quer a muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.

Fundos próprios

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos fundos próprios do Banco apresenta-se de seguida:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fundos próprios de base	37.095.460 =====	35.701.498 =====
Requisitos de fundos próprios	3.932.816 =====	3.115.164 =====
Rácio de solvabilidade	75,5%	91,7%

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em Euros)

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Rural Europa, S.A. (Banco), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 52.184.447 Euros e capital próprio de 39.226.353 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.129.078 Euros, as Demonstrações do rendimento integral, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Rural Europa, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2.1).

## Ênfase

5. O Grupo Rural, no qual o Banco Rural Europa, S.A. se insere, procedeu, no segundo semestre de 2008, à revisão do seu Plano Estratégico de Negócios, visando a adaptação do referido plano às mudanças no cenário macroeconómico e no mercado em que o Grupo actua. O Conselho de Administração do Grupo acredita que o Plano Estratégico de Negócios revisto é viável e será plenamente atingido.

## Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por José António Mendes Garcia Barata



# **BANCO RURAL EUROPA, S.A.**

Av. Manuel de Arriaga, Edifício Arriaga, nº 42 – B 4º Andar, Sala 4.4  
9000 - 064 Funchal

## **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Exmos. Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida sobre os documentos de prestação de contas do **BANCO RURAL EUROPA, S.A.**, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

### **RELATÓRIO**

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.

Após o encerramento das contas e no âmbito das nossas funções, examinámos a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010, as Demonstrações do rendimento integral, de resultados, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.

Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão do exercício de 2010, preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação dos resultados nele incluída.

Apreciámos a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com a qual concordamos.

### **PARECER**

Face ao exposto, somos de opinião que, as Demonstrações Financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas:

## **BANCO RURAL EUROPA, S.A.**

Av. Manuel de Arriaga, Edifício Arriaga, nº 42 – B 4º Andar, Sala 4.4  
9000 - 064 Funchal

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;
- b) A proposta de aplicação dos resultados incluída no referido Relatório de Gestão.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Funchal, 11 de Março de 2011

### **O CONSELHO FISCAL**



Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira  
Presidente



Aurora Fernanda Vicente da Silva Baptista  
Vogal



Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro  
Vogal

### ACTA N.º 35

Aos onze dias do mês de Março de dois mil e onze, pelas dez horas, reuniu a Assembleia-geral da Sociedade **BANCO RURAL EUROPA, SA**, na sua sede social, sita na Avenida Manuel de Arriaga - Edifício Arriaga, quarenta e dois - B, quarto andar, Sala quatro ponto quatro, Freguesia da Sé, concelho do Funchal, com o NIPC e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial da Zona Franca da Madeira, quinhentos e onze milhões, cento e trinta e três mil, trezentos e quarenta, com o capital social integralmente realizado de trinta e dois milhões, cento e oitenta e cinco mil Euros, representado por seis milhões, quatrocentas e trinta e sete mil acções, no valor nominal de cinco Euros cada uma. \_\_\_\_\_

Estiveram presentes todos os accionistas a saber: \_\_\_\_\_

- "Banco Rural, S.A.", detentor de trinta e dois milhões, oitenta e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco Euros, representando seis milhões, quatrocentas e dezassete mil, seiscentas e oitenta e nove acções, representado pela Dr.ª Kátia Rabello e pelo Dr. José Roberto Salgado; \_\_\_\_\_

- Dr.ª Kátia Rabello, detentora do capital de quarenta e oito mil, duzentas e oitenta Euros, representando nove mil, seiscentas e cinquenta e seis acções; \_\_\_\_\_

- Dr.ª Nora Rabello, detentora do capital de dezasseis mil e noventa Euros, representando três mil, duzentas e dezoito acções; \_\_\_\_\_

- Dr. José Roberto Salgado, detentor do capital de trinta e dois mil, cento e oitenta e cinco Euros, representando seis mil, quatrocentas e trinta e sete acções; \_\_\_\_\_

A Assembleia-geral foi devidamente convocada, por aviso convocatório publicado no jornal Diário de Notícias da Madeira aos nove dias do mês de Fevereiro de 2011, obedecendo a todas as formalidades legalmente previstas. \_\_\_\_\_

Estiveram também presentes, o Revisor Oficial de Contas da Sociedade, Deloitte & Associados, SROC, SA, - representada pelo Dr. José António Mendes Garcia Barata (ROC) bem como o presidente do Conselho Fiscal Dr. Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira. \_\_\_\_\_

Por proposta de todos os presentes, foi designado o Dr. José Roberto Salgado para presidir à Assembleia-geral, tendo a reunião sido secretariada pela Dra. Angela Andrade, os quais, também aqui, representam o Conselho de Administração da sociedade. Verificou-se estar aqui representada a totalidade do capital social. \_\_\_\_\_

Declarou-se aberta a sessão, tendo a ordem de trabalhos sido a seguinte:\_\_\_\_\_

**Ponto Um:** Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2010;\_\_\_\_\_

**Ponto Dois:** Proposta de aplicação de Resultados;\_\_\_\_\_

**Ponto Três:** Apreciação dos órgãos sociais da Sociedade;

**Ponto Quatro:** Outros assuntos de interesse para a sociedade.\_\_\_\_\_

**Ponto um:** O Presidente pôs à discussão o ponto um, tendo formulado a proposta no sentido de ser feita a leitura do Relatório de Gestão e Contas do Conselho de Administração, relativos ao ano de dois mil e dez, não obstante estes documentos terem estado patentes para consulta dos senhores Accionistas, na sede social desta Sociedade, nos prazos legalmente previstos. Foi discutida a proposta de aplicação de resultados do exercício a distribuir aos accionistas, conforme sugestão do Conselho de Administração, porém, a proposta não foi aceite. Foi, então, deliberado aplicar os resultados em reservas legais. Porque nenhum accionista pediu a palavra, foi o mesmo posto à votação e aprovado por unanimidade.\_\_\_\_\_

**Ponto dois:** Foi posta à apreciação e discussão da Assembleia a proposta de aplicação referida no ponto anterior.\_\_\_\_\_

Porque nenhum senhor Accionista tenha pretendido usar da palavra, foi a referida proposta relativa à aplicação de resultados submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, proposta essa que é do seguinte teor:\_\_\_\_\_

Transferir o resultado líquido do exercício findo, no valor de Euros 2.129.078,28 (dois milhões, cento e vinte e nove mil, setenta e oito euros e vinte e oito cêntimos) para:\_\_\_\_\_

-Reservas Legais no montante de Euros 2.129.078,28 (dois milhões, cento e vinte e nove mil, setenta e oito, euros e vinte e oito cêntimos);\_\_\_\_\_

**Ponto três:** A Dr.<sup>a</sup> Kátia Rabello apresentou uma proposta no sentido de ser reiterada a confiança nos membros do Conselho de Administração e dos Órgãos de Fiscalização que desempenharam as suas funções de uma forma empenhada, profissional e responsável, salientando-se, em especial, os membros do Conselho de Administração, os quais emprestaram ao seu mandato uma criteriosa e dedicada gestão.\_\_\_\_\_

Posto à apreciação o presente ponto da ordem de trabalhos, foi o mesmo aprovado por unanimidade.\_\_\_\_\_

**Ponto quatro:** Sob proposta do Conselho de Administração, foram postos em apreciação e discussão dos senhores Accionistas, os seguintes itens:\_\_\_\_\_

**1** Manter as estratégias de mercado prosseguidas nos anos anteriores, apenas com pequenos acertos operacionais de actividade, no concernente ao rigor da estratégia administrativa da Sociedade.\_\_\_\_\_

**2** Foram apresentados o Plano Estratégico e o Orçamento elaborados em 2010 para o exercício de 2011.\_\_\_\_\_

**3** Deliberação da proposta de remuneração a pagar aos órgãos de administração e de fiscalização do banco, para o exercício de 2011.\_\_\_\_\_

Foram postos à discussão os itens 1 e 2, os quais foram discutidos e depois aprovados por unanimidade. A proposta de remunerações a pagar aos órgãos de administração e de fiscalização do banco foi apresentada para análise e discussão, para posterior aprovação.\_\_\_\_\_

Após troca de impressões sobre as remunerações a pagar, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de remuneração para exercício de 2011, tal como consta nos documentos anexos os quais ficarão arquivados no banco.\_\_\_\_\_

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada esta Assembleia, pelas doze horas e lavrada a presente acta que, por estar conforme, vai ser assinada, pelo Presidente e pelo Secretário.\_\_\_\_\_